

**Fausto Saretta\*\***

Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, Brasil

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos bancos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

O livro de Fernando Costa apresenta a síntese de seus vários trabalhos acadêmicos, que se poderia denominar de história bancária do Brasil. Assim, desde sua dissertação de mestrado sobre bancos em Minas Gerais, passando por sua tese de doutorado, que estudou o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), o autor tornou-se uma referência para os estudos sobre bancos e sistema financeiro nacional acoplados, como não poderia deixar de ser a história econômica brasileira. Desde logo, portanto, ele nos adverte de que se trata de um “trabalho de economista”.

Adiciona-se ao conhecimento, digamos acadêmico do tema, a experiência de Costa como vice-presidente da Caixa Econômica Federal, no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e diretor da Federação Brasileira de Bancos, o que certamente lhe proporciona uma visão tão abrangente quanto completa sobre o assunto. Isso se depreende na leitura do alentado volume de informações e análises constantes de seu livro, que trata da própria formação do sistema bancário brasileiro.

---

\* Submetido: 18 de abril de 2014; aceito: 30 de julho de 2014.

\*\* Professor da FCL, UNESP. E-mail: fsaretta@fclar.unesp.br.

As dificuldades de consolidação do Banco do Brasil, o conflito entre papelistas e metalistas, as questões atinentes à emissão monetária ainda nos tempos de Rui Barbosa, a adequação de liquidez para outras praças no interior do país entre outros tantos temas são tratados com maior ou menor profundidade, mas certamente de maneira que se compreenda “a história do Brasil do ponto de vista da trajetória dos diversos bancos comerciais de varejo: públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, grandes ou pequenos”, para que se tenha “uma imagem realista da importância do papel dos bancos na história de nosso país”.

Por certo os interessados concordarão que tal objetivo foi alcançado. *Brasil dos bancos*, nas suas três partes e sete capítulos, seguidos de um Posfácio, cumpre o proposto. Entretanto os temas são tratados com graus diferentes de detalhamento e mesmo analiticamente. Há uma breve, porém bem descrita história do Banco do Brasil, das já citadas dificuldades de sua consolidação, da formação de suas carteiras para o aprimoramento da atividade bancária a partir da década de 1920, seu caráter híbrido, banco comercial e banco dos bancos, seu papel decisivo para a expansão da economia brasileira etc. Mais detalhado e longo é o tratamento dado à Caixa Econômica Federal.

No caso da CEF, há que se tomar em conta a já citada experiência do autor como diretor da instituição, o que certamente o levou a tratar mais detidamente da empresa. Nesse tópico do livro, há uma imersão na própria história da economia brasileira, quando descreve a trajetória da Caixa, notadamente os benefícios que inegavelmente prestou à economia brasileira. Assim, serve de exemplo a questão da incorporação do Banco Nacional da Habitação pela Caixa. Há uma explicação bastante elucidativa das dificuldades do sistema de financiamento imobiliário na década de 1980, questão por demais conhecida. Aqui há que se fazer um reparo de uma característica que percorre todo o livro, qual seja, de tomar o ano de 2003 como uma referência às transformações e mudanças decisivas na condução do Estado brasileiro, mais especificamente na gestão da economia nacional.

No caso do sistema financeiro da habitação, demonstram-se os prejuízos que tal incorporação do então BNH significou para a CEF. Há uma análise do problema da habitação, das dificuldades do seu financiamento, da caderneta de poupança, do FGTS, o que dá a real dimensão dos problemas do financiamento, mas sem responsabilizar a política

econômica de então, naqueles anos de graves desequilíbrios macroeconômicos na primeira metade da década de 1980. Obviamente as comparações feitas, transcorridos 30 anos de mudanças na economia nacional, devem ser relativizadas. Mas não haveria neoliberalismo tão dominante naqueles anos para que se pudesse remeter tanto às dificuldades da CEF quanto do próprio país, àquela, digamos, concepção econômica?

Esse reparo se justifica pela recorrência com que o autor periodiza os anos recentes da economia nacional, vale dizer, antes e depois de 2003. Convém desde logo argumentar que não se trata de concordar ou discordar, defender esta ou aquela administração, mas antes trazer mais análises e dados que corroborassem ter havido uma inflexão tão marcante a partir do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores. Deve-se considerar devidamente a inserção de análises críticas quanto ao plano de estabilização de 1994, e da política econômica, como a de Luiz Nassif, que o autor cita entre outros críticos da chamada “era FHC”, que trazem dados sobre as alterações nos bancos, na política econômica, nas relações com o FMI etc. Adicionalmente se pode criticar algumas informações históricas não tão bem trabalhadas, como aquela em que relaciona o Banco do Brasil e o fracasso da tentativa de estabilização no governo de JK como uma vitória da burocracia desenvolvimentista dos anos de 1950.

Assim não há qualquer concessão com as medidas econômicas tomadas nos anos precedentes à administração petista, quando “tecnocratas neoliberais” teriam ocupado postos importantes na administração pública e “comprometido”, por seu ideário influenciado por forças danosas ao interesse público, a gestão do Estado, a política econômica e particularmente os bancos públicos. Esse mesmo ideário, essa mesma concepção de administração teria significado para a Caixa Econômica Federal grandes dificuldades que começaram a ser superadas, como seria de esperar, a partir de 2003.

Há uma longa e detalhada análise da CEF, da sua importância para o país, da sua história, da modernização recente, louvando-a demasiadamente. Porém registrem-se as valiosas informações técnicas e históricas. Prosseguindo no tratamento das questões bancárias mais contemporâneas, trata da privatização dos bancos estaduais, processo que, convém lembrar, sofreu críticas por parte daqueles que consideravam a transferência para a iniciativa privada de alguns bancos, notadamente do

BANESPA como um grave desserviço ao interesse público. Não se nega que havia problemas de gestão desses bancos, do poder político que conferiam aos respectivos governadores estaduais, e não menos importantes como fator alimentador da inflação. Mas novamente se insiste no papel que tiveram, para tanto, “estudiosos brasileiros formados na cultura de mercado norte-americana, ideólogos da desregulamentação”. De fato, segue-se uma análise mais técnica da questão da privatização, na qual são criticadas mais as concepções ideológicas que lhe dariam sustento, do que propriamente a eventual necessidade da transferência do banco.

As críticas aqui feitas evidentemente não tiram a qualidade do trabalho. As discordâncias acima citadas não comprometem a contribuição que o livro representa notadamente quando trata da história econômica com ênfase na história dos bancos. Assim, ao tratar do extinto Banco do Estado de São Paulo, da sua evolução no quadro mais amplo das transformações da economia brasileira, ou mais ainda das singularidades da expansão dos bancos de Minas Gerais, emergem questões das mais relevantes e interessantes para a compreensão do desenvolvimento brasileiro.

Da mesma forma nesta terceira parte do livro, denominada de “Bancos privados”, conta-se a história dos principais bancos privados do Brasil, Unibanco, Bradesco, Real, Itaú, Safra, entre outros, de como se desenvolveram, de outros que desapareceram por tantas razões e, não menos importante, das fusões que ocorreram no período mais recente. Essa parte do trabalho permite entender as mudanças no setor nos anos mais próximos, como a notável incorporação da tecnologia nas operações bancárias, a crise do setor e o papel do PROER explicado de forma um tanto ligeira diante de sua importância.

Destacam-se positivamente o tratamento dado às modificações ocorridas na década de 1990 com a entrada de bancos estrangeiros nas operações de varejo, a concentração, a reestruturação patrimonial dos bancos públicos, além das já citadas privatizações. Como se sabe, na segunda metade dos anos de 1990, alguns importantes bancos foram incorporados por concorrentes, outros simplesmente fecharam, tanto em função de gestão temerária do negócio como por força das modificações específicas do mercado, que passa a exigir dos participantes maior escala nas operações para a devida rentabilidade. Há que se registrar nessa parte do livro uma breve súmula histórica de famílias impor-

tantes da banca nacional, um bom material para o estudo das elites brasileiras.

As críticas às duas administrações que antecedem o governo de 2003 aumentam em contundência, quando passa a tratar da atuação dos chamados bancos de negócios, no item que tem o título autoexplicativo “Bancos de negócios: negociações e negociatas”. Nesse ponto investe-se pesadamente na chamada voga neoliberal dos anos 1995–2002, quando, em função das opções de política econômica, possibilitou-se uma transferência de renda sem precedentes na história brasileira. Para tanto, houve a junção de grande liquidez internacional, a abertura externa e financeira para a bolsa de valores e para a aquisição de empresas nacionais. Nessa história destaca-se o papel que teriam tido alguns bancos de investimento, o chamado IGP-M, Icatu, Garantia, Pactual e Matrix, que contaram com a presença de economistas de destaque, boa parte com passagem pelo próprio governo.

Na interpretação dos graves equívocos elaborados na gestão econômica daqueles anos, aponta-se para questões de natureza, digamos, mais estruturais. Assim, na aceção de Fernando Costa, a partir de trabalho do jornalista Luiz Nassif, *Os cabeças de planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*, entre 1994 e 2002 teriam sido cometidos graves enganos na condução da política econômica, configurados naquela transferência de renda acima citada. Como já observado ao longo desta resenha, não se trata de discordar ou concordar, mas antes de comprovar tal assertiva com dados que dariam melhor sustento à condenação implacável que o autor faz da gestão 1994–2002.

Registrem-se ademais, na sequência dessas críticas, as desnecessárias observações feitas a determinadas e marcantes personagens, no que concerne às suas respectivas vidas privadas. As biografias, os vínculos profissionais, os hábitos de consumo de parte dos economistas vinculados à concepção do Plano Real e das políticas econômicas que lhe seguiram, em nada contribuem para a qualidade do trabalho. Tais críticas estão deslocadas no contexto mais geral da obra, mais ainda quando se busca, a partir de Thorstein Veblen e a questão do “consumo conspícuo”, um reforço para destacar negativamente a atuação de alguns economistas ligados à gestão anterior. Na verdade, coerentemente com a tese desenvolvida ao longo do texto, tais informações prestam-se uni-

camente como mais um argumento, supérfluo, para marcar a diferença entre 1994–2002 e os anos seguintes.

A terceira parte de *Brasil dos bancos* trata de um leque variado de questões que vão desde a história do sistema bancário a constatações importantes, quais sejam as dificuldades de se constituir uma economia de mercado de capitais, em parte fruto da quase permanente inflação e do desequilíbrio externo, o que teria levado a que boa parte dos detentores de riqueza mantivesse seus ativos notadamente em imóveis. Essas observações, entre outras constantes dessa parte do livro, são bastante elucidativas, pois servem como referência para que se compreendam as características importantes da economia brasileira, como bem nota o autor, ao se referir a uma economia de endividamento mais que uma do mercado de capitais.

Assim essa parte da obra apresenta análises bem elaboradas da economia nacional, observadas a partir dos bancos do Brasil e das características do sistema que lhe é subjacente. Certamente apresenta passagens das mais interessantes no conjunto do trabalho, ao tratar da concorrência, da precificação dos ativos, da formação da taxa de juros e dos *spreads*, bem como do conjunto de transformações a que os bancos estiveram sujeitos. Ainda que recorrendo à periodização do ano de 2003 como divisor de águas na vida nacional, a partir do qual teria emergido o tão carente espírito público na condução da vida do país, no que tange especificamente à questão dos bancos as informações são pertinentes e valiosas.

Para terminar, seguem um Posfácio e o anexo “Linhas do tempo na história bancária brasileira”, no qual se listam os principais eventos dessa longa e interessante história. Quanto ao Posfácio – “Crise e concentração bancária” –, nele são tratados os acontecimentos de 2008, a crise daquele ano consubstanciada na quebra do Lehmann Brothers, o que, como bem explica Costa, teve efeitos importantes sobre os bancos brasileiros, como, por exemplo, o aumento da concentração bancária através de fusões e aquisições, o papel dos bancos públicos e dos grandes bancos privados diante da situação de crise.

Finalizando, a despeito das críticas que aqui se buscou explicitar, cabe considerar que o trabalho possui qualidades, o que o torna leitura de referência para o estudo e o entendimento do sistema financeiro brasileiro.